

# Comissão da Verdade em Minas discute a censura à imprensa durante a ditadura militar

*Comissão da Verdade em Minas discute a censura à imprensa durante a ditadura militar* 17 de Março de 2017 , 21:09

Atualizado em 17 de Março de 2017 , 21:17

## Comissão da Verdade em Minas discute a censura à imprensa durante a ditadura militar

Audiência Pública da Covemg tem como tema violação do direito de expressão e informação durante o período da ditadura em Belo Horizonte

O cartão de convite é dividido em três seções principais. À esquerda, um retângulo vermelho com o texto "COVEMG COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS" em branco. No centro, o texto "CONVIDA: AUDIÊNCIA PÚBLICA Censura aos meios de comunicação" em vermelho e preto. À direita, um retângulo amarelo com o texto "DIA 23 DE MARÇO 14h Teatro Oromar Moreira Associação Médica de Minas Gerais Av. João Pinheiro, 161 Centro Belo Horizonte / MG" em vermelho e preto. Na base do cartão, uma faixa amarela contém o nome dos convidados: "Aloísio Morais / Angelo Oswaldo / Carlos Lindenberg / Manoel Guimarães / Miriam Christus / Nilmário Miranda / Vilma Fazito / Washington Mello".

**CONVIDA:**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
**Censura aos meios de comunicação**

**DIA 23 DE MARÇO**  
**14h**  
Teatro Oromar Moreira  
Associação Médica de Minas Gerais  
Av. João Pinheiro,  
161 Centro  
Belo Horizonte / MG

*Aloísio Morais / Angelo Oswaldo / Carlos Lindenberg / Manoel Guimarães  
Miriam Christus / Nilmário Miranda / Vilma Fazito / Washington Mello*

Jornalistas mineiros são os principais convidados para falar da censura aos meios de comunicação e informação em Audiência Pública da Comissão da Verdade em Minas (Covemg), marcada para a próxima quinta-feira, 23, às 14 horas, no auditório da Associação Médica de Minas Gerais. Segundo Maria Céres Pimenta Spinola Castro, membro da Comissão, a investigação dos eventos de censura tem como objetivo o reconhecimento, por parte do Estado mineiro das violações ao direito à informação que aconteceram em Belo Horizonte, entre 1964 e 1985: “Trata-se de reconhecer a luta dos profissionais e dos cidadãos para resistir ao período de exceção e construir uma sociedade mais democrática”.

Participarão da Audiência Pública jornalistas que estavam no exercício da profissão no período da ditadura militar e que enfrentaram, no seu cotidiano, diversas formas de ataque à liberdade de expressão, desde a censura prévia com a presença dos censores nas redações, até as prisões arbitrárias e exílio do país.

Os levantamentos feitos pelo grupo que investiga a questão apontam diferentes momentos da atuação dos censores, que predominaram nos diversos períodos. “A ação mais dura e mais organizada da censura acontece a partir de 1968, com a edição do AI5 (Ato Institucional no.5). Temos que lembrar também da aprovação da Lei 5250 de 9 de fevereiro de 1967, chamada Leide Imprensa. Naquele momento, os militares passaram a intervir diretamente nos veículos de comunicação de Belo Horizonte, convocando seus dirigentes para reuniões e impondo a presença de censores que decidiam o que podia ou não ser publicado”, relata Maria Céres. Os arquivos do Dops, hoje acessíveis aos cidadãos no Arquivo Público Mineiro, revelam a existência de um “manual de instruções” para os censores, que organizava por temas o que era proibido. “No final dos anos 70, quando a resistência ao regime se ampliou, em Belo Horizonte, temos um período marcado, em Belo Horizonte, por atentados às sedes de jornais alternativos, às bancas de jornal e ao Sindicato”.

Nomes conhecidos do jornalismo mineiro como Aloísio Moraes, Washington Mello, Carlos Lindenberg e Vilma Fazito darão o seu testemunho sobre o cerceamento das liberdades de expressão e sobre as formas de resistência que eles encontraram para exercer o jornalismo nos chamados "anos de chumbo". Experiências alternativas como o Jornal dos Bairros e o De Fato e a ação do Sindicato dos Jornalistas também estão na pauta do evento. Completam o grupo de convidados os jornalistas Manoel Marcos Guimarães, Mirian Chrystus e o secretário estadual dos Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda e o secretário estadual da Cultura, Ângelo Oswaldo.

A Comissão da Verdade em Minas - Covemg -foi instituída pelo Governo de Estado em 2013 e tem como finalidade reconstruir a verdade da história, com foco especial na luta pela democracia que vários segmentos e grupos do povo mineiro empreenderam no combate à ditadura militar implantada pelo Golpe Militar de 1964. O trabalho é realizado por meio de audiências públicas, oitivas e pesquisas em arquivos e na bibliografia existente.

A Comissão é estruturada em subcomissões temáticas que investigam graves violações aos direitos humanos dos mineiros, como a tortura, o assassinato, o desaparecimento, as prisões arbitrárias, as perseguições aos trabalhadores rurais, urbanos e aos grupos indígenas, entre outros. Como está no texto da lei que instituiu a comissão: "...contribuirá (a comissão) para a efetivação do direito à memória e à verdade histórica e permitirá, no Estado, a apuração dos fatos ainda obscuros ocorridos no passado recente, como forma de aprofundar as liberdades democráticas e de facilitar a apropriação intelectual da história de Minas Gerais pelas novas gerações..."

A audiência é aberta ao público em geral e a Associação Médica fica na Avenida João Pinheiro, 161, na região central de Belo Horizonte.

Assessoria da Sedhpac

Site da Covemg - <http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/>

[Enviar para impressão](#)